

Negociação em separado com os bancos

Dívida Ext

por Ângela Bittencourt
de Nova York

"O governo brasileiro tem uma estratégia concreta de negociação da dívida externa, que nós não pretendemos revelar, porque ela deve ser de conhecimento primeiro da sociedade brasileira e não dos bancos credores."

Esta afirmação feita pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ontem em Nova York, logo após o encontro em separado com quatro grandes bancos credores do País, justificou o mau humor transparente na fisionomia dos representantes do Chemical Bank, Manufacturers Hanover, Citibank e Chase Manhattan na saída do encontro com a ministra.

Já estava claro que uma rápida conversa com cada um dos bancos — iniciada na véspera com o Morgan Guaranty e o Bankers Trust — não daria lugar a algum tipo de negociação. No entanto, os bancos, que aparentemente entraram no gabinete improvisado



Zélia Cardoso de Mello

para a ministra na suíte Barclay do Hotel Intercontinental com um problema básico — quando receberão os juros atrasados do País — acabaram saindo com outro: o receio de que o governo brasileiro poderá tentar fazer uma negociação em separado com cada instituição.

(No final da tarde de ontem, em Nova York, formou-se o consenso entre os banqueiros de que o endurecimento da posição brasileira nos termos da negociação, para tentar acordos independentes, é um gesto político, visando aumentar o índice de popularidade do novo governo. "Uma questão que se esperava tivesse um tratamento comercial, nesta nova fase da economia brasileira, está sendo transformada numa bandeira política", resumiu um dos banqueiros que integra o Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira.)

Embora o governo brasileiro não afirme a intenção de sustentar uma negociação em separado com os credores, a perspectiva de cada banco receber convites individuais para visitar o Brasil nas próximas semanas e poder verificar as contas nacionais — já baliçadas pelo orçamento revi-

sado — foi interpretada como uma ameaça pelos banqueiros. "A impressão é de que eles ainda estão decidindo como pretendem negociar e este assunto deve ser decidido entre eles", disse, irritado, William Rhodes, presidente do Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira, no final de seu encontro com a ministra da Economia.

Quanto aos juros atrasados — estimados entre US\$ 5,3 bilhões e US\$ 5,7 bilhões — a ministra mantém sua posição muito clara: "Os atrasados são uma preocupação legítima das autoridades norte-americanas e dos bancos, mas enquanto não tivermos uma posição definitiva do orçamento, que está em avaliação, não podemos fazer nada".

William Rhodes, contudo, insistiu, ao deixar a ministra, em que os bancos estão tentando mostrar que seria positivo ao País negociar os juros em atraso. Para o governo brasileiro, porém, essa questão não parece ser a prioritária. Ao contrário, explica o embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida brasileira, "os atrasados são a melhor prova de que a forma

(Continua na página 19)

O governo encaminhará ao Congresso a revisão dos orçamentos deste ano que acaba com o refinanciamento da dívida externa de US\$ 2,55 bilhões dos estados e municípios, corta 10% nas dotações de todo o Executivo, elimina a "programação especial de investimentos" criada pelos parlamentares e prevê a amortização de parte da dívida federal em títulos com o superávit de caixa do Tesouro.

(Ver página 3)

Negociação em separado...

por Ângela Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

com a negociação da dívida vinha sendo conduzida não era correta. Não é possível querer um pagamento às pressas. O Plano Collor tem apenas 60 dias e sua aprovação pelo Congresso, 30 dias”.

Os bancos credores gostariam de receber um pagamento referente aos juros atrasados como precondição para atingir uma negociação mais ampla, mas a passagem da ministra da Economia por Nova York demonstrou que o interesse das autoridades brasileiras se inclina para o detalhamento de dificuldades e interesses particulares.

Ela não recebeu apenas banqueiros estrangeiros para uma conversa rápida e isolada.

Ainda na segunda-feira, tão logo chegou de Washington, Zélia Cardoso de Mello esteve reunida com representantes de bancos brasileiros, quando procurou detectar as preocupações mais imediatas das instituições nacionais presentes no mercado americano e que são fundamentais no amparo das operações de comércio exterior alavancadas pelo País. Desse encontro, a ministra ouviu em particular a expectativa dos banqueiros brasileiros no que se refere a um encaminhamento rápido de renegociação das linhas comerciais e interbancárias, que estão envolvidas atreladas a um acordo maior que expira em 30 de abril de 1991.

Os bancos brasileiros, portanto, tiveram sua oportunidade de expor dificuldades com linhas de financiamento, que não se estendem a todas as instituições, mas certamente já afetam algumas em maior intensidade. Os banqueiros americanos atenderam também aos objetivos da ministra. “O encontro foi positivo e cumpriu seu objetivo: ouvir as idéias e apreensões dos bancos. Para nós, este contato inicial é importante, especialmente porque não podemos ignorar que as instituições vivem realidades diferentes também. Isto não significa, porém, qualquer intenção de minar o comitê de bancos, que assessora a negociação da dívida externa”, explicou Zélia Cardoso de Mello.

A ministra pondera que o Brasil tem um cronograma de negociação que deverá ser cumprido. E isto foi reforçado aos banqueiros credores. “Nós pretendemos partir para uma negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com o Clube de Paris e depois com os bancos”, afirma ela.

O primeiro passo a ser seguido pelo governo brasileiro é ter em mãos a revisão do orçamento para este ano, para ter a convicção de que o País não estará assumindo compromissos que não poderão ser cumpridos. “No final deste mês, teremos estes dados e receberemos no início de junho a missão do Fundo Monetário, que nos deve levar à negociação de um acordo ‘stand-by’. Portanto, a negociação global deverá ocorrer entre junho e setembro.”

O embaixador Jório Dauster observa que o inte-

resse do Brasil neste momento é, portanto, obter o máximo possível de informações das instituições. “Vamos convidá-los para ir separadamente ao Brasil, mas não existe uma cruzada contra o comitê assessor, até porque ele é um instrumento de negociação.”

Estes encontros em separado — que o embaixador Dauster chama de sistema estruturado de consultas — têm como objetivo convocar informalmente as instituições para que elas apresentem idéias, que ajudarão o Brasil na formalização de sua proposta de negociação dentro do objetivo de fechar um acordo que defenda o interesse de crescimento do Brasil, sem desprezar interesses comuns entre o País e os credores, alguns com grande representação dentro do sistema bancário nacional.

A idéia, portanto, é convidar os banqueiros para visitar o Brasil nestes próximos meses, quando a equipe econômica já poderá conversar levando em conta os números das contas nacionais.

A ministra Zélia Cardoso de Mello afirmou que a grande preocupação dos bancos é com os juros atrasados. O embaixador Jório Dauster observou, ainda, que essa preocupação dos banqueiros não é apenas legítima, mas necessária e, com sua objetividade habitual, considerou que “se os banqueiros não se preocupassem com os atrasados eles poderiam perder seu emprego ainda hoje, porque precisam prestar contas ao ‘board’ e aos acionistas”.

Durante sua entrevista à imprensa, a ministra da Economia detalhou que parte da atenção dos bancos voltada ao tema dos atrasados deve-se ao fato de estar-se aproximando a

data de avaliação do risco Brasil pelo Icerc — agência interministerial dos Estados Unidos que avalia riscos dos empréstimos bancários das instituições norte-americanas — e a consequente necessidade de posicionamento desses bancos quanto a esse assunto.

De fato, o Icerc poderia ter reavaliado o risco Brasil em março e não o fez, dando uma demonstração de confiança no novo governo. A próxima reunião da agência está prevista para o final de junho e desta vez possivelmente o Brasil não escapa da pauta de análise. O embaixador Dauster lembra, contudo, que o Icerc não leva em conta apenas juros atrasados para rebaixar ou não a classificação de um risco no portfólio dos bancos. “Existem outros critérios, como os resultados do ajuste econômico e o grau de entendimento do País com o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, e especificamente nesse ponto o Brasil estará conversando com o Fundo e negociando um empréstimo ‘stand by’.”

Do ponto de vista dos bancos, a reclassificação do Icerc não é vista com tanta naturalidade, porque aparentemente eles poderão ter pela frente um problema incontornável, embora de natureza distinta. Se de um lado o Plano Collor não tiver resultados tão positivos no próximo mês, a agência poderá exigir uma nova provisão para os créditos brasileiros, no valor de 40% do portfólio de cada instituição. E isso certamente trará problemas de lucratividade.

Por outro lado, se o Plano Collor conseguir segurar a inflação na faixa de 2 a 4%, meta esperada pelo Ministério da Economia para os próximos meses, o novo go-

verno seguramente terá sua posição fortalecida para montar de forma mais favorável para o País as bases de um novo acordo, que se pretende definitivo.

A ministra da Economia confirmou a impressão transmitida aos jornalistas pelos banqueiros estrangeiros que estiveram com ela ontem. Há consenso de que o Plano Collor vem produzindo efeitos positivos sobre a economia. “A concepção do plano é muito favorável”, afirmou Richard Simmons, do Chemical Bank.